

FICHA CADASTRAL

NOME: _____

MATRÍCULA COOP: _____ CONSELHO: _____ MATRÍCULA CONSELHO: _____

DATA DE REGISTRO NA COOPFISPRO: ____/____/____ DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

NATURALIDADE: _____ NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____ POSSUI FILHOS: () SIM () NÃO

ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ TELEFONE: () _____ CELULAR: () _____

IDENTIDADE: _____ ORGÃO EMISSOR: _____ DATA EXPEDIÇÃO: ____/____/____

CARTEIRA PROFISSIONAL: _____ CPF: _____

FILIAÇÃO: PAI: _____

MÃE: _____

EMAIL PESSOAL: _____

DATA DE ADMISSÃO NO CONSELHO: ____/____/____ CARGO: _____

DEPARTAMENTO: _____ SALÁRIO: _____

FUNCIONÁRIO DA SEDE: () SIM () NÃO REGIÃO: _____

ENDEREÇO DO CONSELHO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ TELEFONE COM RAMAL: () _____ ANDAR _____

EMAIL CORPORATIVO: _____

Dados Bancários

Banco	Código	Agência	Conta

PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA () SIM () NÃO

DEPENDENTES

NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO

Assinatura do Cooperado

COOPFISPRO

DATA: ____/____/____

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Esta ficha preenchida e assinada; Cópia simples do Comprovante de Residência (dos últimos 60 dias); Cópia simples do último contracheque; Cópia simples do RG e CPF.

DECLARAÇÃO SOBRE CONDIÇÃO DE PESSOA POLITICAMENTE EXPOSTA (PPE)

NOME COMPLETO: _____

C.P.F.: _____ R.G.: _____ ORGÃO EXPEDITOR: _____

Declaro de acordo com a Lei 9.613/98 e a regulamentação complementar do Banco Central do Brasil, minha condição em relação ao enquadramento como Pessoa Politicamente Exposta:

☐ **NÃO, me enquadro como Pessoa Politicamente Exposta.**

☐ **SIM, me enquadro como pessoa politicamente exposta.**

Caso a opção seja SIM, favor preencher o quadro abaixo:

Nome	Situação*	Cargo/ Emprego/ Função pública	Período	
			De	Até

* Exemplos proponente, esposa do proponente, procurador do proponente.

Caracterização de pessoa politicamente exposta:

1. Considera-se pessoa politicamente exposta o declarante que desempenha ou tenha desempenhado, ou, ainda, cujos representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo desempenhem ou tenham desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.
2. Relação de cargos, empregos e funções públicas relevantes cujos ocupantes são considerados pessoas politicamente expostas:

Para Brasileiros:

I - Detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - Ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União

a) de ministro de estado ou equiparado; b) de natureza especial ou equivalente; c) de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista;

III - Membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores;

IV - Membros do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República, Vice-Procurador-Geral da República, Procurador-Geral do Trabalho, Procurador-Geral da Justiça Militar, Subprocuradores-Gerais da República e Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V - Membros do Tribunal de Contas da União e Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI - Governadores de estado e do Distrito Federal, os presidentes de Tribunal de Justiça, de Assembléia e Câmara Legislativa, os presidentes de tribunal e de conselho de contas de Estado, de Municípios e do Distrito Federal;

VII - Prefeitos e presidentes de Câmara Municipal de capitais de Estados.

Para Estrangeiros:

Chefes de estado e de governo, políticos de alto nível, altos servidores dos poderes públicos, magistrados ou militares de alto nível, dirigentes de empresas públicas ou dirigentes de partidos políticos.

3. São considerados familiares do declarante os parentes, na linha reta, até o primeiro grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.

4. São considerados exemplos de relacionamentos próximos situações tais como: constituição de pessoa politicamente exposta como procurador ou preposto; movimentação habitual de recursos financeiros de ou para pessoa politicamente exposta, não justificada por eventos econômicos, como a aquisição de bens ou prestação de serviços.

Declaro que as informações acima prestadas são verídicas e de minha inteira responsabilidade.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,
servidor do Conselho _____,
autorizo o desconto em folha de pagamento de _____% por cento do
total de vencimentos, a favor da COOPFISPRO - Cooperativa de Economia e
Crédito Mútuo dos Trabalhadores em Conselhos de Fiscalização Profissional
no Município do Rio de Janeiro Ltda., a partir do mês de
_____ de 202_____, referente minha quota mensal de
capitalização.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 202_____.

ASSINATURA DO (A) COOPERADO (A)

COOPFISPRO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

ASSOCIADO (A):	
CPF:	
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR/ DATA EXPEDIÇÃO:	
CNPJ/ REPRESENTANTE LEGAL:	

Em cumprimento ao disposto no artigo 2º, inciso III, da Circular 3.461 de 24/07/2019, do Banco Central do Brasil, declaramos que nossa relação de negócios com a Cooperativa tem o seguinte propósito e natureza:

- ☐ Realizar movimentações financeiras em conta corrente e/ou conta de capital;
- ☐ Realizar aplicações financeiras;
- ☐ Realizar empréstimos ou financiamentos;
- ☐ Utilizar cartão de crédito;
- ☐ Utilizar convênios.

Declaramos, ainda:

Estar ciente, sob as penas da lei, que o relacionamento objeto presente da presente Declaração de Propósito se insere na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, a qual dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, assim como a utilização do sistema financeiro nacional para os ilícitos previstos nessa Lei.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 202____.

ASSINATURA DO (A) COOPERADO (A) OU
REPRESENTANTE LEGAL NO CASO DE PESSOA JURÍDICA

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

DADOS DO(A) COOPERADO(A)

NOME: _____

REGISTRO: _____ **CONSELHO:** _____ **MATRÍCULA:** _____

CPF: _____ **TELEFONE:** () _____

Através do presente instrumento, eu _____, inscrito no CPF nº _____, aqui denominado (a) como **TITULAR**, venho por meio deste, autorizar que a **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS TRABALHADORES EM CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO LTDA – COOPFISPRO**, aqui denominada como **CONTROLADORA**, inscrita no CNPJ Nº **02.850.075/0001-97**, em razão de ser associado (a) dessa instituição, disponha dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis de acordo com os artigos 7º e 11º da Lei nº 13.709/2018, e a resolução do Banco Central do Brasil 4.658/2018, conforme disposto neste termo:

O Titular autoriza a Controladora a realizar o tratamento, ou seja, a utilizar os seguintes dados pessoais:

- Nome Completo;
- Número e imagem da Carteira de Identidade (RG);
- Número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
- Endereço completo com comprovante de residência;
- Números de telefone e endereços de e-mail;
- Banco, Agência e número de contas bancárias;
- Matrícula na Cooperativa para uso dos serviços da Controladora;
- Comunicação, verbal e escrita, mantida entre o Titular e o Controlador; e
- _____ (outros).

A Controladora se responsabiliza por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), comunicando ao Titular, caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme artigo 48 da Lei nº 13.709/2020.

O Titular poderá revogar seu consentimento, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020.

O Titular fica ciente de que a Controladora deverá permanecer com os seus dados pelo período mínimo de guarda de documentos, previstos pela legislação do Sistema Financeiro Nacional, normas reguladoras, Receita Federal do Brasil e outros órgãos governamentais.

As partes poderão entrar em acordo, quanto aos eventuais danos causados, caso exista o vazamento de dados pessoais ou acessos não autorizados, e caso não haja acordo, a Controladora tem ciência que estará sujeita às penalidades previstas no artigo 52 da Lei nº 13.709/2018.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 202_____.

Assinatura do Cooperado

COOPFISPRO

COOPFISPRO

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS
TRABALHADORES EM CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO
PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Autorizada pelo BACEN (Despacho de 15/10/1998 - DOU de 21/10/1998) CNPJ 02.850.075/0001-97 / NIRE 3340003104-1
Rua Álvaro Alvim, 33/37 - Sala 820 - Centro - RJ - CEP 20031-010 - Tel/Fax: (21) 2215-3689 (SEDE PRÓPRIA)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO DE PARCELAS NA RESCISÃO CONTRATUAL

COOPERADO (A): _____

CONSELHO: _____

Eu, _____, portador (a) do CPF
_____ e cédula de identidade _____, Expedida pelo _____,
associado (a) à COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS TRABALHADORES EM
CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ
02.850.075/0001-97, autorizo descontar de minhas verbas rescisórias o valor equivalente ao saldo devedor atual dos
contratos em aberto, respeitando os parâmetros Lei 10.820/03, *com redação modificada pela lei 13.037/15,*
permite desconto de até 30% nas verbas rescisórias dos empregados a título de empréstimo consignado contraídos
por eles durante a vigência do contrato de trabalho.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO (A) COOPERADO (A)

COOPFISPRO

COOPFISPRO

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS
TRABALHADORES EM CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO
PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Autorizada pelo BACEN (Despacho de 15/10/1998 - DOU de 21/10/1998) CNPJ 02.850.075/0001-97 / NIRE 3340003104-1
Rua Álvaro Alvim, 33/37 - Sala 820 - Centro - RJ - CEP 20031-010 - Tel/Fax: (21) 2215-3689 (SEDE PRÓPRIA)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO DE PARCELAS NA RESCISÃO CONTRATUAL

COOPERADO (A): _____

CONSELHO: _____

Eu, _____, portador (a) do CPF
_____ e cédula de identidade _____, Expedida pelo _____,
associado (a) à COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS TRABALHADORES EM
CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ
02.850.075/0001-97, autorizo descontar de minhas verbas rescisórias o valor equivalente ao saldo devedor atual dos
contratos em aberto, respeitando os parâmetros Lei 10.820/03, *com redação modificada pela lei 13.037/15,*
permite desconto de até 30% nas verbas rescisórias dos empregados a título de empréstimo consignado contraídos
por eles durante a vigência do contrato de trabalho.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA DO (A) COOPERADO (A)

COOPFISPRO